

AS FONTES ARQUIVÍSTICAS SOBRE A HISTÓRIA DO ESPAÇO DE CACHEU E PERSPECTIVAS DE UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

MARIA EUGÉNIA FRANCISCO

Universidade de Lisboa
m.e.francisco@hotmail.com

Resumo

Tendo como ponto de partida as fontes arquivísticas abordaremos o espaço de Cacheu, nomeadamente a relação entre a povoação e a fortaleza, enquanto espaços de poder político, administrativo e social.

Procuraremos nesta comunicação caracterizar, por um lado, o espaço da povoação de Cacheu, cuja formação e desenvolvimento decorreu da atividade mercantil dos lançados, e as suas diferentes fases de crescimento e (re)organização interna, e por outro lado, as contrariedades ocorridas durante o processo da construção da fortaleza ao longo dos séculos XVI e XVII.

A organização interna da povoação traduz uma tentativa de controlar o espaço interno da praça através da criação de espaços e elementos arquitetónicos com características distintas, delimitados pelas ruas e vilas.

A povoação espelha a flexibilidade social e a dinâmica na interação entre os lusos-africanos, os africanos e os europeus. A construção da fortaleza enquanto representação do poder formal instituído foi um processo moroso devido designadamente a vários fatores, tais como, hesitação na escolha do lugar, falta de materiais de construção e mão-de-obra.

A Arqueologia na Guiné-Bissau encontra-se por fazer. Todavia, a realidade histórica de Cacheu descrita nas fontes constitui um excelente ponto de partida para se fazer um levantamento arqueológico. A investigação arqueológica é fundamental para analisar os aspetos relacionados com o processo de construção e fases de ocupação do referido estabelecimento luso-africano. Além de mais, a recolha de materiais arqueológicos (provavelmente cerâmicas portuguesas, francesas, holandesas, inglesas e africanas, vidros, contaria, entre outros) no terreno, permite fazer uma interligação com elementos fornecidos pelas fontes disponíveis.

Palavras-chave: Espaço, povoação, fortaleza, luso-africanos.

*

INTRODUÇÃO

Neste trabalho que propomos, pretendemos a partir das fontes arquivísticas apresentar o espaço de Cacheu, nomeadamente a relação entre a povoação e a fortaleza, enquanto espaços de poder político, administrativo e social. A evidência documental sobre a presença dos lançados nas margens do Rio Cacheu, nomeadamente junto ao Rio Grande e ao Rio Pequeno de São Domingos, nas povoações de Sarar (1581) e Buguendo (1582), leva-nos a supor que foram estes lançados, que estiveram na génese da fortaleza e povoação de Cacheu.

A feitoria de Buguendo, inicialmente funcionaria a bordo de um navio fundeado no meio do rio de São Domingos. O sargento-mor Francisco de Andrade, na sua «*Relação*» datada de 1582, indica como motivo para ser o navio, o local onde se procedia à transação das mercadorias porque os negros eram “*inquietaos e soberbos*”, além de mais não havia nenhum forte onde pudesse estar a feitoria e os brancos. O facto de a

feitoria estar sediada no rio e a ausência de um forte enquanto elemento de poder económico e político que marque uma posição firme em terra demonstra haver insegurança relativamente ao espaço e à sua gente.

Relativamente a algumas das povoações mencionadas acima, observamos nas fontes diversas alusões a estas e aos lançados, no caso da aldeia de Sarar, André Álvares de Almada diz que os lançados se mudaram para *“terra muito enferma, (...) esta de São Felipe, para onde se mudaram os nossos, não é sadia, por ser lugar alagadiço mas é terra muito segura, donde se não faz mal a coisa nenhuma. E estão os nossos nela muito seguros”* (Almada/Brásio, 1594-1964:77). Por sua vez, André Donelha, referindo-se a Buguendo afirma ter sido este o porto principal de resgate com *“muito trato”*, contudo no tempo das *“guerras se passaram os tangomaus a Cacheu, terra dos bramos, da outra banda do rio”* (Donelha/Mota, Hair, 1625-1977:166). Na Etiópia Menor, do padre Manuel Álvares, também observamos uma alusão a esta mudança, *“abrasando a Buguendo, que este e o nome do sitio da Feitoria, ou Rio de S. Domingos, pelo que tem recebido dos Portuguezes (...) se levantou daqui a Caza para Cacheu”* (Álvares, 1646:fl.18/18v).

Os relatos atrás demonstram que os lançados tinham uma fixação precária, e daí que se assista por parte destes a uma tentativa para serem menos dependentes da autoridade africana, levando-os a mudarem-se para outros espaços, onde tivessem mais segurança e liberdade de movimentos. O ambiente de dependência e instabilidade entre os senhores da terra e os seus hóspedes fomentou as condições para a fundação e crescimento da povoação e feitoria de Cacheu.

O desenvolvimento da povoação de Cacheu, estendeu-se ao longo da margem do rio, e o seu crescimento acompanhou o ritmo comercial que se vivia na região, sem a interferência de qualquer tipo de organização prévia (ex: traçado urbanístico).

1 - O ESPAÇO DE CACHEU - OS DIFERENTES RITMOS DE DESENVOLVIMENTO ENTRE A POVOAÇÃO E A FORTALEZA

A fundação da povoação é indissociável da construção da fortaleza, aliás, surge no seguimento desta última. Contudo, verifica-se que posteriormente se desenvolvem a dois ritmos completamente diferentes, podemos considerá-los mesmo antagónicos. As descrições observadas nas fontes respeitantes à povoação são coerentes enquanto que as relacionadas com a fortaleza são ambíguas.

1.1.- Espaço da povoação

As primeiras casas da povoação foram erguidas para os *“nossos”* se alojarem, após a construção do forte por volta de 1587-88. Além do forte e das casas, entre 1596-1065, observamos que se procedeu à construção da igreja de N. S. do Vencimento e de outras estruturas associadas aos ofícios religiosos: capela, coro, sacristia, pátio e casa sobradada.

No Roteiro da Guiné de 1635 a povoação de Cacheu é descrita como *“situada de leste e oeste. Sua grandeza é como da Porta dos Contos à porta da Caza da Índia; na banda do mar tem uma tabanca, digo estacada de paus a pique e por fora deles tem uma cava que de preia-mar se enche de água, com que nos defendemos dos negros gentios, que dela para fora tudo é do gentio”* (Brásio, 2ª série, vol. V, 1979:288). Presumimos que a Porta dos Contos mencionada na referência acima fosse a entrada da Casa dos Contos que se localizava em Lisboa, a sul do Terreiro do Trigo ou Terreiro do Pão, a funcionar no edifício da Alfândega Nova.

Frei Nicolau de Oliveira, numa descrição sobre o Terreiro do Paço diz-nos tratar-se de uma praça muito aprazível, com seiscentos e vinte passos de comprimento e duzentos de largura. O edifício da Alfândega ocupava catorze casas enormes e sobre seis delas ficava a Casa dos Contos e a das Sete Casas, a par de outras estruturas ligadas ao comércio.

Com base na descrição efetuada no Roteiro da Guiné supomos que a povoação de Cacheu tivesse longitudinalmente aproximadamente o mesmo comprimento que o Terreiro do Paço. Do ponto de vista comercial, e apesar de não ter em número e dimensão os edifícios administrativos que existiam no Terreiro do Paço associados à atividade mercantil, o porto de Cacheu era o ponto de partida de uma elevada quantidade de produtos cujo destino era o Brasil, a América Espanhola e Portugal. Enquanto que o Terreiro do Paço era o ponto de chegada de muitas dessas mercadorias que posteriormente seriam comercializadas para o resto da Europa. Outro aspeto em comum aos dois locais é a presença de mercadores estrangeiros. Cacheu nesta altura estava no seu auge comercial.

A povoação cresceu de um modo anárquico numa primeira fase, em que a única preocupação, provavelmente, terá sido a construção de um espaço fora da alçada direta dos africanos que pudessem controlar. Cremos que nesta fase não houve qualquer distinção significativa em termos arquitectónicos na habitação dos lançados, de acordo com Almada *“as casas da dita povoação são de taipa como as de Casamança, delas sobradas, cobertas de olas, com grandes cercas de pau fincados a pique, feito um muro de palha a que chamam tapadas, e por dentro destas cercas vão as casas por dentro, segundo as posses dos moradores”* (Almada, 1594-1964:71). Todavia, posteriormente a povoação acaba por (re)organizar-se e delimitar o seu espaço interno através da criação de ruas, como é bem visível nas descrições de Labat *“Elle [Cacheu] est étroite, deux longues rues en font toute la larguer avec quelques petites rues de traverse”* (Labat, 1663-1738:58) e Lemos Coelho *“duas ruas, uma, que é a principal, na qual ficão as casas dos moradores de maior trato, que chamão a rua Diante¹, e outra rua por detrás desta, junto da fortificação, que chamão a rua da Tabanca”* (Coelho, 1669/1990-34).

¹ Nalgumas cidades medievais portuguesas havia uma rua principal, denominada de Rua Direita ou Diante. Nas cidades marítimas ou fluviais, a Rua Direita surge na maioria dos casos em duas situações: ligando o principal acesso terrestre

Além das ruas podemos ainda verificar como elementos fundamentais na organização interna da vila a existência de *“dois bairros, um que esta no principio, a onde mora o capitão-mor, e nele a igreja matriz de Nossa Senhora do Vencimento, e chamão o bairro de Vila Fria; o outro é no cabo da povoação com o qual está uma ermida de Santo António, e chamão lhe Vila Quente”* (Coelho, 1669/1990-34). Estamos perante uma tentativa de controlar o espaço interno da praça através da criação de espaços com características distintas, delimitados pelas ruas e vilas. A rua Diante ou rua Direita, era a principal da povoação, e o local onde habitavam os moradores mais importantes, desempenhou um papel estrutural fundamental na ligação entre o porto e a povoação.

As ruas demarcavam o espaço físico entre cada um dos bairros, no de Vila Fria era onde se encontrava as principais estruturas da povoação, como é o caso da casa forte onde morava o capitão-mor. As casas onde morava o capitão-mor eram *“feitas de adobes e cubertas de palha”* à semelhança das restantes da povoação, entre estas havia as *“cumbetes”* onde se guardavam as fazendas, tinham a particularidade de serem *“terrada por cima”*, com o objetivo de evitar a perda das mercadorias guardadas em caso de incêndio.

Havia um armazém onde se guardava a pólvora e as munições, e uma igrejazinha com duas ou três celas em que ficavam os padres capuchos quando estavam em Cacheu. *“Cerca tudo isto uma muralha feita de paus a pique, com as pontas aguçadas e pregadas com as travessas, e duas portas que se fecham de noite, a qual cerca se chama Tabanca de Caza Forte”* (Coelho: 1669-149). Adiante, estava a igreja matriz feita de pedra e cal e coberta de telha. As casas dos portugueses eram de *“figura quadrada, grandes, e bem situadas, algumas com seus sobrados, as paredes de adobes cubertas de folhas de cibe”* (Álvarez: fl14v-fl 15).

Em relação ao bairro de Vila Quente as informações são menos, e dizem ser o local onde estava a ermida de Santo António, as casas dos negros e gentios, assim como de alguns portugueses. As casas deste bairro são de figura redonda e de barro.

As casas do ponto de vista arquitetónico tiveram um duplo impacto na constituição interna de Cacheu porque representam o status do seu morador e funcionaram como um marco social na divisão da vila em termos habitacionais. Deste modo, a formação da povoação obedece aos critérios de grupo dominante, neste caso, os luso-africanos. Por outro lado, a arquitetura das habitações reflete a interação entre os africanos e o as práticas construtivas locais, evidenciando uma estrutura flexível, uma vez que o processo de construção de casas está intrinsecamente associado à construção de identidades sociais e culturais. As casas foram adaptadas ao clima e usaram os materiais de construção localmente disponíveis.

1.2 – A fortaleza

ao cais, normalmente nesta situação a via é perpendicular ao cais, ou ligando dois núcleos primitivos, sendo esta via paralela à margem.

Por volta de 1587-8, com o pretexto de erguer um forte para puderem responderem aos ataques dos corsários, o cabo verdiano Manuel Lopes Cardoso com astúcia, consegue junto do rei da terra autorização para a dita construção.

A localização deste forte e da pequena povoação situada *“ao longo do Rio, entre a aldeia dos negros e ele”* (Almada/Brásio, 1594-1964:71) para onde se mudaram os lançados, indica que a escolha do local para a sua implementação não foi aleatória, antes pelo contrário revela um profundo conhecimento do território e dos mecanismos comerciais da região.

A execução do forte em Cacheu teve diversas finalidades: permitia o controlo sobre o rio, isto é, dos navios que entravam e saíam da barra, uma relativa autonomia face aos Papeis, favorecia a ancoragem das embarcações e o trato das mercadorias, permitindo o abastecimento de mantimentos e lenha aos navios por se situar junto à beira de água. A barra funcionou como um elemento de defesa natural devido à existência de bancos de areia, estes dificultavam a entrada no rio que era perigosa, acabando muitos navios por se perderem.

O forte ao longo das duas primeiras décadas de vida, aparentemente, sofreu diversas intervenções no sentido de torná-lo mais apto para a defesa do comércio praticado na região, assim como dos ataques do gentio e dos corsários estrangeiros. Todavia, as obras quando realizadas não tiveram nenhum impacto significativo na estrutura e dimensão do mesmo, tratando-se a nosso ver de soluções pontuais para resolver os problemas do momento. Sistemáticamente é colocado em causa a sua capacidade para desempenhar o papel defensivo, por diversas entidades, nomeadamente em 1606, pelo Padre Baltasar Barreira.

Através das fontes arquivísticas, sobretudo com maior incidência, a partir de 1614, observamos que as opiniões dos intervenientes tanto dos que se encontram na Guiné, como no reino, sobre o real investimento quer em estruturas defensivas, quer em meios humanos, para o porto mais frequentado da costa da Guiné são divergentes, inconclusivas e arrastam-se no tempo, sobretudo no que concerne aos seguintes aspetos: o tipo de intervenção a realizar na estrutura já existente; a construção de uma nova ou não; mudança para um local diferente e a falta de materiais de construção (pedra, cal, telha, tijolo, tábuas, pregos, etc.) e artilharia (mosquetes, pólvora, balas, etc.).

1.2.1 – Os materiais e a arquitetura

Relativamente aos materiais utilizados na construção do forte, numa primeira fase ter-se-á recorrido às matérias-primas locais disponíveis, tais como a madeira e o barro. Almada não indica quais os materiais usados na construção do primeiro forte todavia, refere que *“as casas da dita povoação são de taipa.”* Deste modo, julgamos que o forte tivesse também sido construído em taipa, esta técnica vernacular tem por base a argila e o cascalho. Um dos problemas que os europeus enfrentaram na África Ocidental foi a ausência de

materiais locais adequados para a construção das suas estruturas. Na maioria dos lugares do litoral a pedra era muito dura ou quebradiça para ser cortada facilmente em blocos retangulares, obrigando os europeus a recorrerem aos materiais e técnicas locais africanas. Os portugueses não foram exceção e enfrentaram as mesmas questões em Cacheu. Como solução elegeram a madeira como o material de construção de eleição dada a existência de uma extensa área de mangues na região. A biodiversidade do mangal traduz-se num ecossistema riquíssimo, nomeadamente em moluscos, como as ostras.

Como nem sempre do reino chegava o material solicitado a Cacheu, no caso concreto da cal colmatou-se o problema recorrendo à produção de cal conchífera, através do esmagamento das cascas de ostras que posteriormente terão sido incluídas na argamassa.

Do ponto de vista arquitetónico o forte apresenta uma planta retangular com baluartes nos vértices simétricos em relação às cortinas (lados). Os baluartes são o elemento principal caracterizante das fortificações abaluartadas, sendo este tipo de fortificação o mais adaptado à defesa contra armas de fogo. Desde 1659, o capitão Manuel Dias Quatrim encontrava-se à frente das obras da praça e numa carta dirigida a Filipe II afirma estarem a serem construídos baluartes em *“pedra e cal, com sua taipa por dentro, como se fazem em Elvas e em Olivença onde asisti no serviço de V. Magestade fazendo fortificações”* (BRÁSIO: 2ª série, vol. VI, 1991:145). No que concerne ao sistema defensivo da praça de Elvas, este é composto por diversos fortes, entre eles, o de Santa Luzia cujas obras iniciaram-se em 1641 a mando de D. João IV, tendo ficado concluídas em 1648. O seu modelo de construção terá servido de inspiração para outros fortes não só em Portugal, como também mais tarde nos outros locais em África, como por exemplo o forte de Vreedenburg Komenda (Gana - 1682) e Forte da Ilha James (Gâmbia - 1755) com as devidas adaptações locais.

Acreditamos, ter sido nesta altura que o forte ganhou uma nova dimensão arquitetónica, sobre a direção de Manuel Dias Quatrim, uma vez que este terá participado provavelmente nas obras do forte de Santa Luzia, dadas as semelhanças entre o anel central de planta quadrada deste com a planta do forte de Cacheu. Tais semelhanças arquitetónicas remetem-nos para uma transferência de conhecimentos, ou seja, ocorreu o transporte, adaptação e aplicação de um sistema defensivo em vigor em Portugal e na Europa para Cacheu. Todavia, quando António Fonseca de Ornelas, tomou posse da praça de Cacheu em 1662, achou-a sem qualquer tipo de sistema defensivo (sem estacada e baluartes) e num estado deplorável onde faltavam soldados, armas e munições. Mandou cercar a povoação com estacadas, colocando a água do lado de dentro porque esta se encontrava a um tiro de espingarda² da povoação. O fato de água estar fora do perímetro do

² Ou seja, indica-nos que a água distava cerca de 100-150 m da povoação. O termo espingarda surgiu no século XVI, e foi uma arma vulgarmente utilizada no período da Restauração, por serem mais precisas no tiro do que os mosquestes e arcabuzes.

recinto defensivo permitiu que a povoação fosse objeto de sabotagens por parte dos Papéis sempre que estavam em desacordo, obrigando os moradores a terem de ceder às usas pretensões.

2 – O PODER INFORMAL VS FORMAL

O forte que deveria ter funcionado como uma solução sob o ponto de vista comercial e estratégico, que defende-se os interesses mercantis do reino, acabou antes por servir como meio de troca de acusações mútuas entre as diversas entidades político-militares, o que não impediu, todavia, Cacheu de se tornar um pólo mercantil de destaque na região.

Ao longo dos anos, verifica-se frequentemente a existência de conflito entre os interesses dos moradores de Cacheu, designadamente dos homens poderosos e os agentes da coroa. Aliás, esta teve dificuldades em se impor do ponto de vista administrativo, por sua vez, a distância geográfica também impossibilitou um controlo mais eficaz.

Os homens poderosos eram homens influentes da sociedade que dispunham de cabedais, meios militares e escravos. Detinham poder económico e posição de influência, agiam em defesa dos seus interesses por vezes entrando em confronto com o poder régio, uma vez que conservavam uma relativa autonomia face ao poder central. Destacamos por exemplo as seguintes situações ocorridas:

– 1605 - D. Filipe II eleva Cacheu a vila por os moradores serem *“homens, nobres, ricos e abastados”* em troca o rei espera que estes o sirvão *“como a isso são obrigados”* (BRÁSIO: 2ª série, vol. IV, 1968:88), contrário ao que seria de esperar os moradores não ficaram satisfeitos e como tal não aceitaram o reconhecimento e estão insurretos uma vez que isso implicava a presença de oficiais da câmara entre outros oficiais que passariam a governar a vila, e assim poderiam colocar um fim ao poderio de alguns moradores, bem como criar obstáculos ao comércio até então realizado com os estrangeiros;

– 1615 - D. Filipe II, evidencia preocupação pela fraca defesa da vila e simultaneamente receio do poder de alguns moradores, daí que peça para ser feito sem demora no local escolhido um forte recorrendo-se à mão-de-obra dos escravos dos moradores da terra, uma vez tratar-se de um benefício para todos. Além disso, deve ser guarnecido com artilharia entregue pelos homens possuidores de casas fortes, entre eles Sebastião Fernandes Cação, o rei está disposto a pagar o preço que for necessário.

Frequentemente, também assistimos a divergências entre os agentes da coroa, conforme os exemplos infra:

– Nos anos 40 da centúria de seiscentos, a relação entre o Capitão-mor Gonçalo Gamboa de Aiala e o capitão da Guiné Paulo Barradas da Silva, deterioram-se devido à rivalidade e às desavenças sobre o dinheiro destinado às obras da fortaleza. Constantemente imputam responsabilidades e culpas um ao outro sobre a construção da fortaleza;

– 1645 - Paulo Barradas da Silva, queixou-se do ouvidor e provedor de fazenda em Cabo Verde, António de Barros, por este ter utilizado o dinheiro que estava nos cofres com destino à fortificação de Caheu, no navio Nossa Senhora dos Remédios e Santo António;

– 1660 – O capitão-mor de Cacheu, Manuel Dias Quatrim, queixou-se do governador Francisco Figueroa por este ter proibido o comércio aos moradores daquela praça e querer-lhes confiscar a fazenda. O governador proibiu o comércio com os estrangeiros que ali iam buscar escravos, o que de à muito não era permitido.

3 – PERSPETIVAS DE UMA INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A nosso ver, a Arqueologia na Guiné-Bissau encontra-se por fazer, apesar das pesquisas efetuadas no decorrer do século XX, por Mendes Correia ao abrigo da Missão Antropológica na Guiné. Consideramos, a realidade histórica de Cacheu descrita nas fontes como sendo um excelente ponto de partida para se fazer um levantamento arqueológico.

A investigação arqueológica é fundamental para analisar os aspetos relacionados com o processo de construção e fases de ocupação do referido estabelecimento luso-africano dadas as divergências encontradas nas fontes arquivísticas que suscitam dúvidas sobre quando efetivamente terá sido alvo de intervenções e quais os materiais utilizados. A fortaleza foi alvo de uma reabilitação em 2004, pela UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), dado o seu estado de degradação e abandono. Contudo, esta não teve nenhum acompanhamento arqueológico no local; observar e registar as influências arquitetónicas e materiais de construção utilizado nas habitações; fazer um levantamento das construções ligadas ao comércio escravagista e a recolha de materiais arqueológicos associados ao tráfico de escravos e à presença portuguesa, francesa, holandesa, inglesa e africana. A recolha de materiais arqueológicos no terreno, permite fazer uma interligação com elementos fornecidos pelas fontes disponíveis, que julgamos ser pertinente, bem como, complementar ao trabalho desenvolvido até à presente data por diversos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente texto, ressalta o facto da construção da feitoria e o desenvolvimento da povoação terem ocorridos a ritmos diferentes. Tal aspeto, conjugado com a permanente discordância sobre o erguer da dita feitoria, leva-nos a considerar que esta não foi um elemento fundamental no desenvolvimento económico da povoação, dado que esta cresceu à margem de todas as polémicas acontecidas.

O forte que poderia ter funcionado como um controle sobre o espaço e o comércio da região por parte do poder régio, acaba por refletir a incapacidade de intervenção desse mesmo poder. Sem dúvida, que em

Cacheu os aspetos económicos e militares se interligaram com vista à prática de um comércio lucrativo, os escravos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes

ALMADA, A. Á. 1594-1964. *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio de Sanagá até os baixos de Santa Ana de todas as anações de negros que há na dita costa e de seus costumes, armas, trajos, juramentos, guerras. Feito pelo capitão André Álvares d' Almada natural da Ilha de Santiago de Cabo Verde prático e versado nas ditas partes. Ano 1594.* Leitura, introdução e notas de António Brásio. Lisboa. Editorial L.I.A.M.

ÁLVARES, P. M. Cópia do séc. XVIII. Etiópia Menor e Descrição Geographica da Província da Serra Leoa. [Lisboa]. Sociedade de Geographia de Lisboa.

BRÁSIO, A., ed. 1342/1684-1958/2004. *Monumenta Missionaria Africana. África Ocidental.* Coligida e anotada pelo Padre [...]. [2ª série]. Vol. I-IV (1342-1622). Lisboa. Agência Geral do Ultramar. Vols. V-VI (1623-1684). Lisboa. Academia Portuguesa da História. Suplemento aos séculos XV, XVI e XVII). Lisboa. Centro de Estudos Africanos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

COELHO, F. L. 1669/84-1990. *Descrição da Costa da Guiné desde o cabo Verde athe Serra Lioa com Todas Ilhas e Rios que os Brancos Navegão Feita por [...] no Anno 1669.* In Damião Peres. *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné de Francisco de Lemos Coelho.* Manuscritos Inéditos Publicados pelo Académico de Número [...]. 2ª ed. Lisboa. Academia Portuguesa da História.

DONELHA, A. 1625-1977. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625).* = *Déscription de la Serra Leoa et des Rios de Guiné du Cabo Verde (1625).* Int, notas e apêndices em português de Avelino Teixeira da Mota. Notas de P. E. H. Hair. Trad francesa de Léon Bourdon. Lisboa. Junta de Investigações Científicas do Ultramar.

Referências eletrónicas

LABAT, Pe J.-B. 1663-1738. *Nouvelle relation de l'Afrique occidentale: contenant une description exacte du Sénégal et des país situés entre le Cap-Blanc et la rivière de Serrelienne (...).* Tomo I. Paris. Guillaume Cavelier. Disponível em (<http://gallica.bnf.fr>) (último acesso em Dezembro/2012).